
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO
COMERCIAL DO MERCOSUL: 1994 - 2005

EVALUATING THE MERCOSUR COMMERCIAL
PERFORMANCE FROM 1994 TO 2005

*Luciana Aparecida Bastos**

Palavras-chave: Mercosul, desempenho comercial, integração, países-membros, avaliação.

O intuito desta tese foi avaliar a evolução comercial do Brasil no âmbito da integração sub-regional do Mercosul, visando detectar os ganhos e perdas comerciais que o mesmo auferiu dentro deste processo em relação aos demais países-membros. O objetivo principal foi averiguar se o fato abrir mão de parte de sua soberania em prol de proporcionar benefícios comerciais mútuos para a região integrada, dentro de uma conjuntura regional em que o Brasil possui grau de abertura econômica maior que a dos demais países-membros e, devido a esse fator, constituir-se no país que mais atrai capital estrangeiro para a região, trouxe benefícios comerciais para o país a ponto de torná-lo "país central", frente os demais países do Mercosul, ou seja, exportador de produtos industrializados e serviços, deixando a alcinha de economia agrícola, à qual sempre foi subjugado.

A partir do surgimento do Mercado Comum Europeu (1950), tem sido buscadas distintas formas para concretizar uma integração econômica na América Latina.

Data de 1960 a criação do primeiro projeto de Integração Latino-Americano: ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

A mesma, amparada pelo Tratado de Montevideu de 1960 (TM-60), era composta por: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Seu principal objetivo era a criação de um grande Mercado econômico regional, através da ampliação dos mercados de seus membros, a exemplo do Mercado Comum Europeu.

A ALALC, porém, não atingiu ao seu objetivo, devido às instabilidades políticas de seus países-membros, às assimetrias econômicas

dos países integrados e à falta de uma autoridade supranacional que coordenasse o processo de integração, na busca do cumprimento das metas estabelecidas.

Desta forma, em 1980, a ALALC foi substituída pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), amparada pelo Tratado de Montevideu de 1980 (TM-80).

Os objetivos principais da ALADI eram os mesmos da ALALC, a saber: promover o comércio intra-regional no mercado ampliado, fomentar e regulamentar o comércio recíproco de seus membros mediante acordos bilaterais e estabelecer, de forma gradual, um Mercado Comum latino-americano.

Porém, diferente da ALALC, a ALADI previa, pelo próprio TM-80, que grupos menores de países da região pudessem se unir para desenvolver projetos comuns de crescimento e desenvolvimento econômico mútuos, promoção do aumento do volume de comércio inter-membros e reduções tarifárias traçadas em conjunto pelos países-membros: Era a conformação da integração sub-regional.

O Mercosul surgiu nesse contexto, através de uma aproximação entre Brasil e Argentina, em 1986, pelos então presidentes Sarney, do Brasil, e Alfonsín, da Argentina.

Em 1986, foi firmada a Ata para a Integração argentino-brasileira, que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica - PICE, cujo objetivo era criar um espaço econômico comum, com abertura seletiva dos mercados argentino e brasileiro e estimulando a complementação econômica de setores específicos de ambos os países.

Os resultados dessa aproximação levaram os dois países, em 1988, a celebrar o Tratado de Interação, Cooperação e Desenvolvimento, no qual os países expressaram o desejo de construir um Mercado Econômico Comum.

Em 1990, os presidentes Carlos Menen (da Argentina) e Fernando Collor (do Brasil), assinaram a Ata de Buenos Aires, fixando a data exata para a formação definitiva de um Mercado Comum entre Brasil e Argentina (31/12/1994), fruto dos reflexos do capitalismo globalizado frente ao sucesso da União Européia.

Em 26/03/1991, Uruguai e Paraguai também aderiram ao processo, mediante a assinatura do Tratado de Assunção.

Ademais, o Mercosul nasce em meio a um ambiente de profunda mudança do Sistema Internacional, tais como: o fim da Guerra Fria e da bipolaridade, o crescimento do comércio mundial, a interdependência mundial pelo fluxo de comércio e os avanços integracionistas da União Européia.

Nesse contexto, a vitória dos governos de direita neoliberal nos quatro países integrantes do bloco, a saber: Menem (na Argentina), Collor (no Brasil), Lacalle (no Uruguai) e Andrés Rodríguez (no Paraguai), propuseram, através do Tratado de Assunção (1991), a abertura de suas respectivas economias.

O objetivo dos quatro membros era estabelecer um Mercado Comum em âmbito sub-regional, com livre circulação de fatores produtivos, estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum -TEC-, uma política comercial comum e a convergência de suas políticas macroeconômicas.

Porém, as assimetrias socioeconômicas em que se encontravam os países-membros, dificultavam a coordenação das políticas econômicas que, aliadas à vulnerabilidade externa das economias-membro, oriunda das estratégias neoliberais de financiamento, ocasionou aos mesmos um grande endividamento externo.

Ademais, a integração do Mercosul deu-se de forma bastante distinta da integração européia, a qual tomou como exemplo, pois a Europa tratou, antes, de superar as rivalidades históricas entre os países-membros, para, depois, começar a trabalhar em conjunto, em prol de auferir benefícios mútuos para os países envolvidos no processo de integração.

De acordo com Rivas (2002, p. 2) *“No Mercosul, pelo contrário, ainda imperavam (e ainda imperam) os nacionalismos entre os países-membros, bem como imperavam em toda a América Latina, sendo, os tais, a causa principal dos problemas integracionistas da região”*.

Tais nacionalismos, por sua vez, não permitiam que os países integrados lutassem por interesses comuns, embora possuíssem problemas estruturais e conjunturais semelhantes.

O Mercosul, como os demais projetos integracionistas antecedentes na América Latina, vislumbrou a integração como a “poção mágica” que solucionaria todos os problemas de seus membros. Primeiro, haveria a integração e, no decorrer de suas etapas de desenvolvimento, a solução de problemas e conflitos inerentes às economias-membro, ao contrário do que fez a União Européia.

A despeito desses equívocos quanto ao que venha a ser, e em como deve ser direcionada a integração para que haja benefícios a todos os países integrados, no âmbito do Mercosul, houve uma dinâmica muito significativa dos fluxos comerciais intra e extra-regionais para os parceiros integrados.

De 1990 a 1995, enquanto as exportações extra-regionais do bloco passaram de um montante de US\$ 46,5 bilhões, em 1990, para US\$ 62 bilhões em 1995, as exportações intra-regionais passaram de US\$ 4,1 bilhões, em 1990, para US\$ 14,4 bilhões em 1995. (MONTROYA, 2002, p.43.) Isso demonstra que a integração do Mercosul auferiu benefícios comerciais ao bloco.

A partir da década de 1990, ainda devido ao processo de abertura comercial das economias-membro, há um acentuado incremento de Investimento Estrangeiro Direto (IDE) para a América Latina, com destaque especial para as duas economias promotoras do Mercosul: Argentina e Brasil.

Tal fato ocorreu devido ao baixo custo da mão-de-obra nesses países, ao conjunto de políticas públicas de incentivo ao IDE, amparadas pelo Regionalismo Aberto da CEPAL, e devido ao grande mercado doméstico desses países, sobretudo do Brasil.

Assim, o Mercosul, com a ampliação do Mercado Regional, tornou-se elemento-chave para a atração de IDE para a região e, sobretudo, para o Brasil, transformando o mesmo em uma base regional de exportação para muitas empresas multinacionais.

No que tange ao desempenho comercial do bloco, tanto intra quanto extra-regional, alguns episódios decorrentes da nova realidade internacional da década de 1990 (acirramento do processo de globalização e da regionalização) influenciaram diretamente na condução das políticas

economias dos países integrados, auferindo fortes conseqüências para o desempenho comercial dos mesmos.

Os episódios mais marcantes em nível internacional, que influenciaram diretamente nessa dinâmica, foram: a Crise Mexicana (1994), a Crise Asiática (1997) e a Crise Russa (1998).

A Crise Mexicana (1994), criou uma conjuntura interna no México de grande instabilidade, comprometendo a economia do país e resultando em imensa fuga de capitais estrangeiros de seu mercado financeiro. Tal crise levou o México à participação ao NAFTA, em 1994, objetivando facilitar a recuperação da atividade econômica do país.

Segundo Ginesta (1999, p. 38) *“No Mercosul, devido a tal crise, entre 1990 e 1997 o total das exportações dos países-membros cresceu 77%, percentual muito inferior ao crescimento de 233% do total das importações”*.

Isso ocorreu porque, nessa década como um todo, caracterizou-se um forte ajuste importador nas economias periféricas, numa tentativa de implementar programas de estabilização com âncoras cambiais e políticas de abertura externa.

No Brasil, devido a tal crise, foram implementadas medidas visando a contenção monetária e do crédito, as quais resultaram na desaceleração do crescimento da economia, no aumento da taxa de desemprego e na retração da produção industrial.

Ajustou-se, ainda, a política cambial, introduzindo-se o sistema de bandas cambiais, através do qual a moeda flutua entre limites que poderiam ser modificados periodicamente.

Nesse momento, no Mercosul, também foi concebida a TEC - Tarifa Externa Comum, e o Programa de Liberalização Comercial, visando incentivar a competitividade externa dos países integrados. Nesse escopo, aumentaram-se tanto as exportações quanto as importações nesse período, embora as importações tenham crescido mais que as exportações devido às medidas de ajuste das economias-membro, necessárias para que as mesmas se ajustassem ao processo de abertura econômica.

Esse quadro de crescimento tanto das exportações quanto das importações do Mercosul, culminou por reforçar que houve sucesso no que se refere ao cronograma previsto para Liberalização Comercial no bloco, já

que o comércio intra-bloco aumentou de US\$ 24,00 bilhões, em 1994, para US\$ 42,00 bilhões, em 1997.

A Crise Asiática, outro episódio internacional demasiado importante que ocorreu no período de 1997-98, onde o mundo deparou-se com uma nova conjuntura de instabilidade econômica, que resultou da crise financeira em cambial que se estabeleceu na Ásia, trouxe, por sua vez, os seguintes reflexos ao desempenho comercial do Mercosul: uma redução da corrente de comércio tanto intra quanto extra-bloco. A única exceção foi para o comércio de bens intra-bloco, pelo lado das importações do Mercosul, que permaneceu inalterado de 1997 para 1998.

A Crise Russa, ecoando de forma marcante no mercado financeiro russo em meados de 1998, que culminou em uma decretação de moratória por parte da Rússia, que, por sua vez, sentiu drasticamente os efeitos da Crise Asiática, provocou os seguintes reflexos no desempenho comercial do Mercosul: tendência de queda no volume de comércio tanto intra quanto extra-bloco, até 1999. A Crise Russa também provocou uma fuga de capital estrangeiro do Brasil, que, em 1998, era de US\$ 31.913 milhões, reduzindo-se para US\$ 28.576, em 1999. Essa fuga de capital estrangeiro do Brasil deixou evidente a necessidade do país modificar a condução de sua política econômica, cortando gastos, aumentando a receita e colocando o mercado externo produtos com maior competitividade.

Frente a tal Crise, ainda, observou-se que o comércio mundial de bens, pelo lado das importações, foi maior do que pelo lado das exportações. Já em relação ao Mercosul, o comércio de bens pelo lado das importações foi maior do que pelo lado das exportações até o ano 2000. De 2001 a 2005 a tendência se inverteu, e o comércio de bens do Mercosul passou a ser maior pelo lado das exportações, do que pelo lado das importações.

Porém, no que tange ao desempenho comercial dos países-membros do Mercosul, individualmente, de 1995 a 2005, frente a essa conjuntura internacional adversa, as conclusões das análises são as seguintes:

No que tange aos saldos comerciais do Paraguai com os demais parceiros do Mercosul, observou-se que o mesmo apresentou saldos

negativos com relação a todos os demais parceiros do bloco, demonstrando que o país é um típico importador no bloco.

Porém, observamos que mesmo apresentando saldos comerciais negativos em relação a todos os demais parceiros do bloco, as reduções tarifárias oriundas do Mercosul, bem como a liberalização comercial, cooperaram para que o comércio no Mercosul fosse expandido para o Paraguai nesse período, como pudemos observar pelos dados contidos no quadro 15. Nele pudemos observar como o comércio intra-regional passou a ser mais importante para o Paraguai a partir da formação do Mercosul.

Em 1990, o comércio intra-regional do Mercosul absorvia 27,4% das exportações totais do Paraguai, enquanto, em 2004, passou a absorver 32,9% dessas exportações.

Analisando os saldos comerciais do Uruguai em relação aos demais membros do Mercosul, de 1995-2005, chegamos às seguintes conclusões:

Em relação à Argentina, os saldos comerciais do Uruguai foram totalmente deficitários em todo o período de análise, salientando que o Uruguai tem se mostrado um típico importador argentino.

Em relação ao Brasil, os saldos comerciais do Uruguai apresentaram-se deficitários apenas no período entre 1999-2001, período que compreendeu a desvalorização do real e a crise financeira argentina.

Todavia, de acordo com NEVES (2007), entre 1990 e 1998, as exportações uruguaias para o Mercosul cresceram a uma taxa de 12% ao ano, após a formação do bloco, enquanto suas importações cresceram a uma taxa de apenas 1,3% ao ano, o que demonstra que o Mercosul elevou sobremaneira sua importância como importador de produtos uruguaios, já desde os primeiros anos de sua formação.

Em relação ao Paraguai, o Uruguai apresentou saldos comerciais positivos em todo o período de análise.

Analisando os saldos comerciais da Argentina em Relação aos demais membros do Mercosul, de 1995-2005, nossas conclusões foram as seguintes:

Em relação ao Paraguai e ao Uruguai, a Argentina apresentou saldos comerciais positivos em todo o período de análise.

Em relação ao Brasil, a tendência continua a mesma: a Argentina, da

mesma forma que para o Paraguai e o Uruguai, apresentou saldos comerciais positivos em relação ao Brasil, durante todo o período de análise (com exceção para o ano de 2004).

Desta forma, observando os saldos comerciais positivos da Argentina em relação ao Brasil, de 1995-2005, verificamos que aquela situação catastrófica que a Argentina lograva atravessar, de uma “enxurrada de produtos brasileiros invadindo o país”, fruto da política brasileira de desvalorização do real, não se confirmou em âmbito das trocas comerciais.

Ademais, tal fato nos levou a crer que a onda de protecionismo argentino às importações do Brasil não se baseou no “boom” dessas importações rumo ao mercado argentino, mas, sim, das dificuldades macroeconômicas derivadas de seu sistema cambial atrelado ao dólar (currency board) que impedia que o país utilizasse o câmbio fixo como instrumento de estímulo à atividade econômica. A Argentina, por conta da desvalorização do real, feriu os próprios preceitos da liberalização comercial amparados pelo Tratado de Assunção (1991) e alegou responsabilidade ao Brasil de um total descontentamento dos países-membros ao projeto de integração do Mercosul, nesse período.

Por fim, analisando os saldos comerciais do Brasil em relação aos demais parceiros do Mercosul, no período de 1995-2005, chegamos às seguintes conclusões:

O Brasil apresentou saldos positivos em todo o período no bloco, somente em relação ao Paraguai.

Em relação ao Uruguai, os saldos positivos para o Brasil deram-se apenas após o ano da desvalorização do real (1999), estendendo-se até o ano de 2001 (ano que deflagrou a crise financeira argentina), mostrando a importância que as políticas brasileiras possuem para a modificação das tendências comerciais dos parceiros intra-bloco.

No que tange à Argentina, o Brasil apresentou saldos negativos durante todo o período, inclusive nos anos que se seguiram a tão comentada, criticada e conturbada desvalorização do real.

Desta forma, concluímos que o Brasil é o principal importador das economias-membro do bloco e é, ainda, a economia que menos apresentou saldos comerciais positivos no comércio intra-zonal, carecendo,

ainda, de ter que policiar suas políticas econômicas para evitar crises de credibilidade ao projeto de integração do Mercosul, mesmo que tais políticas o mantenha com saldos comerciais negativos em relação aos demais parceiros, no comércio intra-mercossul.

Ademais, o Brasil, como principal economia do bloco, tem o poder, mediante seus ajustes macroeconômicos internos, de promover ou não o desempenho comercial positivo das demais economias-membro intra-zona.

Concluimos, ainda, pela análise dos saldos comerciais individuais dos países-membros do Mercosul, que o Brasil foi o grande responsável por fomentar a expansão do comércio intra-bloco dos demais parceiros, através de suas importações.

Por fim, as análises dos saldos comerciais demonstraram que todas as economias-membro do Mercosul foram fortemente impactadas pelos resultados das mudanças nos rumos da economia brasileira (ajustes macroeconômicos), resultantes, sobretudo, da desvalorização do real, em 1999.

Ademais, seus respectivos níveis de atividade econômica, fluxos de capitais e fluxos comerciais do bloco, oscilaram de acordo com os ajustes macroeconômicos da economia brasileira.

Nota

¹ Professora Adjunta do Departamento de Economia da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM). Doutora em História Econômica pela Universidade Estadual de São Paulo (USP).

Referências

ALVES, Jaime da Silva. MERCOSUL: Características estruturais de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1992.

AMARAL, Sandra Maria de Carvalho. A dinâmica das relações comerciais do Mercosul à luz dos instrumentos de política comercial (1998-2005). Universidade de Brasília – UNB- Instituto de Relações Internacionais, Programa de Mestrado em Relações Internacionais. Dissertação de Mestrado, Brasília-DF-, 2007.

BALASSA, Bella. Teoria da integração econômica. Lisboa: Livraria Clássica, 1961.

BARBOSA, Rubens Antonio. América Latina em Perspectiva: Integração Regional da Retórica à Realidade. São Paulo: Editora Aduaneiras, 1996.

BEHAR, Jaime. Integración y Coordinación de Políticas Económicas en América del Sur. Aldea Mundo, outubro 1998 – abril 1999.

BERNAL-MEZA, R. Sistema Mundial y Mercosur – Globalización, Regionalismo y Políticas Exteriores Comparadas. Argentina, Nuevohacer/Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2000.

BIELSCHOWSKI, Ricardo. Evolución de las ideas de la CEPAL. Revista de la CEPAL. Cincuenta Años, Santiago, Numero Extraordinario, outubro, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo et.al. O Regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: A Integração Econômica a Serviço da Transformação Produtiva com Equidade. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org.). Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL. Editora Record, Rio de Janeiro, v.2, 2000.

CANUTO, Otaviano. A crise asiática e seus desdobramentos. Econômica, nº 4, p.25-60.

CARVALHO, Ailtom Mota de. Integração e Desintegração da América Latina. Caderno de Geografia, vol.6, nº 8, dez/1986.

CEPAL. Desarrollo Reciente de los Procesos de Integración en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, (LC/R, 1.381), mayo, 1994.

CEPAL. La Inversión Extranjera en América Latina y el Caribe. Informe 2001, CEPAL-Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 2002.

CHACON, Vamireh. O Mercosul: A Integração Econômica da América Latina. Editora Scipione, São Paulo, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. América Latina: Integração e Desintegração. (capítulo de livro). A América Latina e a Globalização. FFLCH/PROLAM – USP, São Paulo, 2004.

ESTEVADEORVAL, Antonio. Traditional Market Access Issues In Rtas: An Unfinished Agenda In The Americas? Washington, D.C., 2002, apud ILHA, Adayr et.al, As Políticas Comerciais do Brasil e seus Reflexos no Comércio com a Argentina. REPPIL@, v.1, nº1, UFSM-RS, 2003.

FLÔRES, Renato G. Junior. Investimento Direto Estrangeiro no Mercosul: Uma Visão Geral. Ensaio Econômico. Fundação Getúlio Vargas, EPGE. nº 598, São Paulo, agosto de 2005.

FRANCO, Gustavo H.B. Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil 1995-2004: “passivo externo” ou “ativo estratégico”? Revista Política Internacional-CIDEC-Centro Interdisciplinar de Estudos Econômicos, em colaboração com o Centro de Estudos das Américas do Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes. 15/04/2005.

GINESTA, J. El Mercosur y su Contexto Regional e Internacional: Una introducción. Ed. Universidade/UFRS, 1999.

HAFFNER, Jacqueline Hernández. A CEPAL e a Integração Latino-Americana. Revista Análise Econômica, UFRS, ano 20, 1996.

JANK, Marcos Sawaya. O Contexto do Mercosul: Harmonização de Políticas e Competitividade. IPEA, Rio de Janeiro, 1994.

KOTZ, H.H. & CRETSCHMANN, K. Convergencia en Diferentes Niveles de Integración Económica: La experiencia Europea. Integración Latinoamericana, 19, Buenos Aires, ago./sept. 1994.

MACHADO, João B. M. Mercosul: Processo de Integração. Origem e Evolução. São Paulo, Aduaneiras, 2000.

MACHADO, João Bosco M; RIBEIRO, Fernando J. Conflitos Comerciais no Mercosul: Mudança cambial e questões estruturais. Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE). FUNCEX-Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, 1999.

MENEZES, Alfredo da Mota. A Integração Econômica Latino-Americana: Do Sonho à Realidade. Alfa-Omega, SP, 1990.

MONTOYA, Marco Antonio. "O Agronegócio no Mercosul: Dimensão Econômica, Desenvolvimento Industrial e Interdependência Estrutural na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. UFP-RS, RBE, Rio de Janeiro, out/dez., 2002.

NEVES, Leonardo Holzmann. As relações entre o Uruguai e o Mercosul em três momentos: 1991-Tratado de Assunção, 1999- Crise Econômica, e 2006- Aprofundar Mercosul ou TLC com os EUA. I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAM e PUC-SP), 12 a 14 de novembro, São Paulo, 2007. Comunicação.

NICOLINI, Elisabete R. Políticas de Estabilização recentes de Argentina e Brasil e a estratégia de integração econômica proposta com o Mercosul. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina- PROLAM- da Universidade de São Paulo USP-SP, 2001.

NOBILE, Rodrigo Orlandi. Os Investimentos Diretos Intra-Regionais no Mercosul. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM. USP-SP, 2004.

REIS, Márcio Monteiro. Interpretação Constitucional do Conceito de Soberania. (capítulo de livro) Mercosul: Integração Regional e Globalização, de autoria de CASELA, Paulo Borba, et. Al. Editora Renovar, São Paulo-Rio de Janeiro, 2000.

RIVAS, Alfredo Ângelo. Integración y Governabilidad en América Latina: ¿Una conciliación imposible? ALDEA MUNDO, Año 6, N 11, 5/11/2002.

SCHAPOSNIK, Eduardo Carlos. As Teorias da Integração e o Mercosul: estratégias. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

VACCHINO, Juan Mario y PULGAR, Telasco. Articulación de Acuerdos de Integración y la Comunidad Latinoamericana de Naciones. En capítulos nº 53, enero-junio, SELA, Caracas, 1998.